

FAMÍLIAS E VULNERABILIDADES: RETRATOS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Profa. Ms. Sabrina Pereira Paiva

Faculdade em Ciências Médicas e da Saúde de Juiz de Fora/MG - Suprema

É sempre instigante discorrer sobre famílias em situação de vulnerabilidade social, principalmente para profissionais que se dedicam cotidianamente a este trabalho. Trata-se de uma oportunidade para discutirmos, encontrarmos nossos pares, colegas e dividirmos nossas inquietações, nossas verdadeiras questões surgidas no espaço de trabalho.

Minha relação com essa temática ocorre pela via da docência, mas particularmente através de um programa interdisciplinar que agrega ensino, pesquisa e extensão da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde de Juiz de Fora/Suprema, denominado Programa Integrador. Através de um convênio entre a referida Faculdade e a Secretaria Municipal de Saúde de Juiz de Fora, os discentes são inseridos em contextos reais de práticas. Do 2º ao 6º período, os contextos são as Unidades Básicas de Saúde da Família, onde estes acompanham principalmente o trabalho desenvolvido pelos agentes comunitários de saúde nas famílias, assumindo a responsabilidade pelo cuidado de um dado número de famílias.

Portanto, minha ação é pedagógica, educativa, focada principalmente na formação profissional, auxiliando na construção de uma reflexão sobre as particularidades das famílias em situação de vulnerabilidade, sobre as causas dos fenômenos verificados por eles, as possíveis ações a serem desenvolvidas com estas famílias. Enquanto isso, a maioria de vocês está na linha de frente das políticas, alguns podem ter certa influência na formulação das políticas, o que nos possibilita um diálogo bastante fértil e plural.

A temática é muito ampla, decidi apresentá-la em dois eixos:

- 1- Retratos panorâmicos de famílias: entre conceitos e análises sociais;
- 2- Representações sociais: estudos sobre os valores e significados das famílias vulneráveis.

O primeiro eixo tem como objetivo traçar um panorama geral a respeito dos conceitos que apóiam esta exposição, quais sejam, família e vulnerabilidade. Além disso, destacam-se alguns dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2008) e Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos (DIEESE, 2007). A

questão principal neste item é destacar brevemente o cenário de produção intelectual a respeito dos conceitos e o retrato oferecido pelos dados de pesquisas nacionais.

O segundo eixo focaliza a discussão, corrente na literatura sócio-antropológica, a respeito das categorias morais com as quais as famílias “pobres” organizam, interpretam e dão sentido a seu lugar no mundo (SARTI, 2005). Estes estudos são de natureza qualitativa, pois tratam de determinados aspectos da vida social que remetem a valores, compreendidos como atributos morais da sociedade.

Utiliza-se como ponto de partida a noção de cultura, que aponta para o fato da vida social, e os vetores que a organizam como, por exemplo, tempo ou espaço serem produzidos e sancionados socialmente através de um sistema de representações. (RUSSO, 1998).

O desafio configura-se na necessidade de agregarmos a dimensão material e a simbólica para pensarmos sobre as famílias vulneráveis, tendo estas dimensões pesos e significados distintos nas diversas classes e segmentos sociais.

1- Retratos panorâmicos de famílias: entre conceitos e análises sociais

Não objetivo aqui retomar as reflexões muito pertinentes sobre as expressões e os significados do ‘ser família’ na sociedade contemporânea. No entanto, é preciso destacar algumas premissas que acompanham o olhar que temos construído a respeito do conceito de família e famílias vulneráveis.

Apesar da dificuldade que todos sentimos em definir família, essa instituição se mantém como organizadora da sociedade ocidental contemporânea. Ao longo dos tempos, tem adquirido configurações diversas e é sempre possível anexar mais uma ao rol das existentes.

As tentativas de encontrar definições para a família, freqüentemente, segundo Bourdieu (1993, p. 32), aproximam-se de descrições, retratando a família como um conjunto de indivíduos aparentemente ligados entre si, seja pela aliança (o casamento), seja pela filiação, mais excepcionalmente pela adoção (parentesco) e vivendo sob o mesmo teto (coabitação). Considerando uma definição mais analítica, podemos considerar a família como um princípio de construção da realidade social e este princípio é socialmente construído,

sendo-nos transmitido através da socialização, que por sua vez é organizada através da divisão em famílias.

Se esta instituição nos aparece como a mais natural das categorias sociais, é porque ela funciona como princípio de construção do mundo social. A família é constituída como entidade unida, integrada, unitária, estável, constante, indiferente à flutuação dos sentimentos individuais (Bourdieu, 1993, p. 34).

Outra questão fundamental que é preciso considerar quando se trata de pensar a família é que para se compreendê-la não se pode prescindir da análise da sociedade e de seus modos de funcionamento, já que a família reproduz as relações existentes no mundo do trabalho, até mesmo em função dos conflitos que o mundo capitalista vem impondo à população.

Grandes mudanças têm contribuído para a reconfiguração da família, decorrentes dos processos de transformação demográfica e socioeconômica, aumentando consideravelmente a pressão principalmente sobre as famílias vulneráveis socialmente, que são afetadas por uma série de problemáticas, como empobrecimento, desemprego estrutural, violência doméstica e urbana, dificuldades na assistência às crianças, aos idosos e aos doentes, assim como àqueles sujeitos que estão incapacitados para vender sua força de trabalho.

Atualmente, como tem salientado Sarti (2005), evidenciam-se configurações de famílias muito elásticas (em relação às famílias nucleares modernas), principalmente, nas de baixa renda, as quais têm construído *redes sociais* através da redistribuição de papéis, da agregação de membros originalmente não pertencentes a ela, da circulação de crianças. Essas mudanças demonstram claramente o quanto a família busca soluções para sua manutenção, adaptando sua estrutura ao seu contexto sócio-histórico.

A família conjugal moderna, nuclear, se por um lado se apresentou como uma sintonização ao processo de modernização das estruturas sociais, por outro representou o isolamento da família, particularmente sentido nas famílias aqui em questão, através do desmantelamento das formas de organização tradicionais e protetoras. Esta realidade se faz particularmente presente a partir do século XIX, onde o progresso e a riqueza produzidos pela dinâmica da produção capitalista industrial trazem como contraponto a massificação da

vulnerabilidade de determinados segmentos sociais, uma das conseqüências do adensamento progressivo das cidades.

Se a princípio a filantropia serviu como modo de amenização dos problemas sociais vivenciados pelas populações urbanas marginalizadas, o risco de desagregação e desestruturação do tecido social impeliu o Estado a assumir a responsabilidade pela “materialização da solidariedade”, através da criação de uma área de atuação antes inexistente, a área social. Ao longo do século XX podemos identificar várias estratégias de políticas públicas de forma a contornar a pobreza e a vulnerabilidade social, o que pode ser entendido como o reconhecimento institucionalizado da necessidade de intervenções “equalizadoras” na lógica do “mercado”. A modificação da assistência social seletiva para a universalização de benefícios se consolida a partir da construção de diferentes “Welfare States”, que já nas últimas décadas do século XX vão se desmontando frente às novas lógicas da produção capitalista, como a internacionalização da economia. A solução “familiar” surge neste contexto, onde os governos passam a seguir uma agenda rígida de controle dos gastos, estimulando a redução da dependência dos indivíduos dos serviços coletivos.

Tendo em vista tais considerações, podemos entender as razões que levam o próprio Estado a desenvolver políticas sociais de cunho “familista”. Em relação às políticas de saúde, a visibilidade desse processo está na *internação domiciliar*, a *desospitalização* e o *Programa de Saúde da Família*- todos tendo como base estratégica a atuação junto à família, em vez de focar no indivíduo. Na introdução do artigo “Saúde da Família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial” (1997), o Ministério da Saúde informa que:

Essa perspectiva faz com que a família passe a ser objeto precípuo de atenção, entendida a partir do ambiente onde vive. Mais do que uma delimitação geográfica, é nesse espaço que se constroem as relações intra e extrafamiliares e onde se desenvolve a luta pela melhoria das condições de vida- permitindo ainda, uma compreensão ampliada do processo saúde/doença e, portanto, da necessidade de intervenções de maior impacto e significação social. (Brasil, 1997, p. 8)

E quanto à denominação “famílias vulneráveis”? Por que escolhi trabalhar com esta denominação, ao invés de famílias *pobres*, de *baixa renda*, *populares*?

O fato é que a pobreza é um fenômeno complexo, com muitas caras e diferentes demandas. Existem as diferenças ditadas pelas especificidades regionais e, mesmo em alguns casos, locais. Além disso, a pobreza urbana é diferente da vivida na área rural. Outro aspecto é que, na percepção que as próprias pessoas pobres têm de si, a pobreza se identifica e se mede pelas vulnerabilidades, que podem ser muitas. Família monoparental, doença crônica e outras limitações físicas permanentes, analfabetismo, residência distante de serviços, estado precário da habitação e muitos outros determinantes que, combinados com a baixa renda, caracterizam o risco permanente de estar em uma situação de carências de necessidades essenciais. Adota-se, assim, uma concepção ampliada de pobreza, na medida em que assume o significado relativo dessa mesma pobreza, comparando as capacidades de satisfação das necessidades determinadas socialmente no espaço de convívio.

O termo vulnerabilidade, entretanto, tem seu percurso relacionado ao contexto mundial de análise sobre os aspectos imbricados à epidemia de Aids. Mann et al. (1992) desenvolveram uma estrutura conceitual para avaliar criticamente a vulnerabilidade à infecção pelo HIV. A intencionalidade dos autores foi criar um conceito que pudesse oferecer explicações adicionais aos fenômenos de saúde-doença-cuidado, dada a necessidade de se ir além da tradicional abordagem comportamentalista das estratégias de redução de risco exclusivamente individuais. Além disso, buscou-se ainda fornecer elementos para avaliar objetivamente as diferentes chances que todo e qualquer indivíduo tem de se contaminar, adoecer ou morrer, dado o conjunto formado por certas características individuais e sociais de seu cotidiano, julgadas relevantes para a sua maior exposição a um fator de risco (em especial ao HIV) ou sua menor chance de proteção (Ayres et al., 2006).

Segundo Ayres et al.(2006), a análise da vulnerabilidade envolve a avaliação articulada de três eixos interligados: o componente individual, o componente social e o componente programático.

O eixo individual possui duas dimensões, a cognitiva e a comportamental. A cognitiva se relaciona à possibilidade de acessar informações sobre determinados assuntos e à rede de serviços, já a dimensão comportamental, diz respeito ao desenvolvimento de habilidades

pessoais que envolvem emoções, percepções sobre os riscos, capacidade de tomar decisões, de negociação etc.

O componente social diz respeito a um conjunto de fatores sociais que influenciam a vida dos indivíduos, os quais vão desde a estrutura disponível de acesso a informações, financiamentos, serviços, bens culturais, liberdade de expressão, até as crenças religiosas.

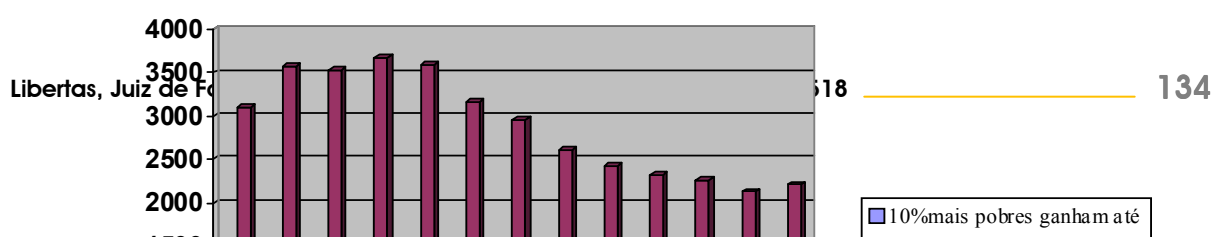
O último componente trata da disponibilidade de recursos sociais que os indivíduos precisam para não se exporem aos riscos. Nesse sentido, dizem respeito às ações desenvolvidas pelo poder público, iniciativa privada e agências da sociedade civil, no sentido de minimizar as chances de ocorrência do agravo. A dimensão programática busca justamente avaliar como, em determinadas circunstâncias sociais, as instituições, especialmente as de saúde, educação, assistência, cultura etc., atuam como elementos que reproduzem, quando não mesmo aprofundam, as condições socialmente dadas de vulnerabilidade.

Após essa rápida passagem pelos conceitos que orientam estas reflexões, podemos trabalhar alguns dados que nos possibilitem uma descrição mais precisa sobre as vulnerabilidades das famílias brasileiras.

O Brasil possui enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza, que exclui parte significativa da sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania. O gráfico 1 demonstra o distanciamento em termos de renda de segmentos sociais distintos, relacionando-se à região metropolitana de São Paulo. Através deste, podemos perceber uma leve queda no nível de desigualdade a partir do ano 2000. Entretanto, não se percebe um aumento significativo da renda média dos 10% mais pobres e sim uma queda dos rendimentos dos 10% mais ricos.

De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (PNAD/2008), desde 1998 a renda média do brasileiro está em queda. Ela despencou de R\$714,00 para R\$ 668,00 em 1999, chegou em 2002 com R\$ 635,00 e em 2007 caiu mais um pouco, chegando a R\$ 624,00. Entretanto, metade das famílias vivia com menos de R\$ 380,00 por mês. Regionalmente, a distribuição de renda no país continua desigual, já que metade das famílias nordestinas vivia com até R\$ 214,00, enquanto no sudeste o rendimento mediano foi de R\$ 441,00.

Gráfico 1: Distância entre os limites de rendimentos dos 10% mais pobres e dos 10% mais ricos- região metropolitana de São Paulo 1994-2006 (em R\$ de Nov./06)



Fonte: DIEESE/Seade, TEM/FAT e convênios regionais, PED- Pesquisa de Emprego e desemprego

Essa questão se torna ainda mais pungente, quando analisamos os dados relacionados aos jovens. Em 2007, do total das 60,1 milhões de famílias brasileiras, 28,1 milhões (47,7%) contavam com pelo menos uma criança ou adolescente de até 14 anos de idade. Os dados da PNAD revelaram ainda que 30,0% dos brasileiros viviam com rendimento familiar mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita*. No caso dos domicílios com crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, essa proporção sobe para 46%. Chama mais atenção ainda o percentual de domicílios com rendimento familiar mensal de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo e com crianças, que chega a 19,6% (PNAD, 2008).

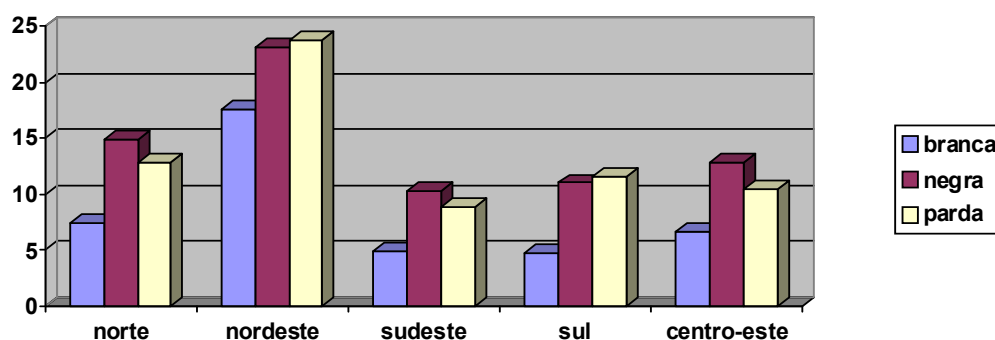
Além do variável renda, a variável educação deve ser considerada para compreendermos a vulnerabilidade social. Há evidências que demonstram o impacto da educação na perpetuação do ciclo de pobreza entre gerações, uma vez que os pais com baixa escolaridade têm dificuldades em garantir um maior nível de escolaridade para seus filhos. Nesse sentido, a educação funcionaria como um elemento que contribui para garantir a desigualdade de classes, tornando-se mais um *locus* de diferenciação social.

Bourdieu (1989) cita uma correlação estatística entre as oportunidades escolares e o tamanho da prole, apontando para a possibilidade de uma vida escolar mais longa para os filhos de famílias com menor número de filhos. A escolarização é vista geralmente como o principal aspecto entre as estratégias educativas a serem adotadas pelas famílias, entretanto a transmissão do *capital cultural* feita de forma doméstica na família é também um importante aspecto a ser considerado.

Nesse sentido, é válido destacar que o Brasil ainda contava, em 2007, com 14,1 milhões de analfabetos entre as pessoas de 15 anos ou mais de idade - uma taxa de 10,0%. Conjugando com a variável rendimento familiar, no conjunto da população que vivia com rendimento familiar *per capita* de até meio salário mínimo, aproximadamente 18% eram analfabetos em 2007, já nas classes de rendimentos superiores a dois salários mínimos, o percentual era de 1,4%. O fenômeno do analfabetismo também está bastante relacionado às áreas rurais. A taxa rural (23,3%) era três vezes maior que a urbana (7,6%), embora a comparação com os dados de 1997 (taxa rural de 32,0%) mostre redução expressiva (PNAD, 2008).

O gráfico abaixo, construído com dados produzidos pelo IBGE (PNAD, 2008) demonstra uma acentuada desigualdade do acesso à educação entre brancos, negros e pardos, sendo que a comparação por regiões demonstra que há também uma maior taxa de analfabetismo nas regiões norte e nordeste, a qual também diferencia os negros e pardos dos brancos.

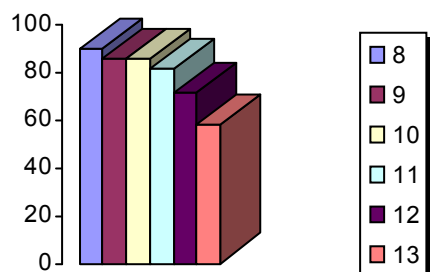
Gráfico 2: Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por raça e por regiões brasileiras-2005 em %



Fonte: IBGE/ Indicadores sociais/2008

Além do analfabetismo mais formalizado, há o analfabetismo velado, aquele que não aparece nas estatísticas governamentais quando se propaga o slogan de “100% das crianças na Escola”. O gráfico abaixo demonstra a realidade de crianças e jovens que estão permanecendo na escola, mas que não sabem ler e escrever.

Gráfico 3: Percentual de crianças e jovens de 7 a 14 anos que não sabem ler e escrever e freqüentam a escola, por idade pontual, Brasil 2007



Fonte: IBGE/ Indicadores sociais/2008

No que diz respeito ao acesso ao ensino universitário, pode-se dizer que, em 2007, a taxa de freqüência ao curso universitário para estudantes entre 18 e 25 anos de idade na população branca (19,4%) era quase o triplo da registrada entre negros e pardos (6,8%). Quadro que se repetia, com pouca variação, em todas as regiões. Nesse nível de ensino, em todas as idades entre 18 e 25 anos, os estudantes negros e pardos não conseguiram alcançar, em 2007, a taxa de freqüência que os brancos tinham dez anos antes.

Essas desigualdades estão expressas nas informações referentes a pessoas com ensino superior concluído, que apresentam níveis bastante diferentes entre brancos e negros e pardos. Em 1997, 9,6% dos brancos e 2,2% dos pretos e pardos tinham nível superior completo no país. Em 2007, esses percentuais eram, respectivamente, de 13,4% e 4,0%. Ou seja, o hiato entre os dois grupos, que era de 7,4 pontos percentuais em 1997, passou para 9,4 em 2007.

Agregando a variável gênero ao rol das desigualdades, podemos dizer que no contexto brasileiro, apesar de inúmeras mudanças decorrentes dos movimentos sociais, da presença cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, maior escolarização feminina, no mercado de trabalho os homens ainda apresentam maiores níveis salariais em relação às mulheres, como demonstra a tabela a seguir.

Tabela 1: Distribuição dos ocupados, por níveis de rendimento mensal de todos os trabalhos, segundo sexo-regiões sudeste, sul e centro-oeste- 2005 (em %)

Nível de rendimento	Sudeste		Sul		Centro-oeste	
	homens	mulheres	homens	mulheres	homens	mulheres
Até 1 SM	17,5	30,9	16,0	24,5	21,1	35,8

Mais de 1 a 2 SM	33,2	32,7	31,8	31,8	35,2	28,1
Mais de 2 a 3 SM	15,2	9,6	15,4	8,3	13,2	7,0
Mais de 3 a 5 SM	14,4	9,2	14,3	8,2	11,6	7,6
Mais de 5 a 10 SM	9,2	5,6	8,7	4,8	8,4	5,9
Mais de 10 a 20 SM	3,4	1,9	3,5	1,1	3,4	2,3
Mais de 20 SM	1,6	0,5	1,2	0,4	1,7	0,7
Sem rendimento	3,4	7,8	8,4	20,5	4,8	12,2
Sem declaração	2,0	1,7	0,8	0,5	0,5	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/ PNAD/2008

Em relação ao lugar ocupado pelo homem e pela mulher na família, em 2007, os arranjos familiares em que a mulher é a pessoa de referência, 52,9 % eram do tipo monoparental (sem a presença de um dos cônjuges). Já nas unidades unipessoais, observa-se um percentual maior de mulheres, em decorrência da mais alta expectativa de vida desta. Também é importante observar a baixa frequência de arranjos familiares com homens na chefia sem a presença do outro cônjuge e com filhos (3,3%). (PNAD, 2008).

Por fim, é válido notar que a contribuição dos idosos na renda familiar é cada vez mais expressiva, sendo observado que em 53% dos domicílios com idosos, a renda destes representa mais da metade da renda familiar, sendo esta situação ainda mais expressiva no nordeste, onde se encontra um percentual de 63, 5%.

Estes poucos dados apresentados demonstram, de forma muito preliminar, a complexidade inerente à idéia de “famílias vivendo em situação vulnerabilidade social”, na medida em que não é possível pensarmos a carência material como único critério de definição, mas também a desigualdade de gênero, de raça, de acesso às instituições educacionais, de saúde, à informação, ao *capital cultural* etc.

Os primeiros trabalhos ancorados na perspectiva da vulnerabilidade social foram desenvolvidos a partir da preocupação com uma abordagem mais integral e completa não somente do fenômeno da pobreza, mas também sobre as várias formas de desvantagem social. Tal perspectiva nos remete aos riscos de mobilidade social descendente e as configurações

vulneráveis que não se restringem àqueles situados abaixo da linha de pobreza, mas a toda população em geral.

Dessa maneira, aborda-se o fenômeno do bem e mal-estar de forma multifocal, tendo em vista as múltiplas causas e dimensões associadas a esse processo. Reafirma-se, enfim, que a vulnerabilidade social pode ser entendida como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado está presente nas dificuldades ou desvantagens no desempenho e mobilidade social dos atores (ABRAMOVAY, 2002).

Esse é o nosso olhar, uma construção externa, não é o olhar construído pelas próprias classes vulneráveis, subalternas, pobres, seja lá como escolhamos denominá-las. Certamente, o olhar será sempre externo na medida em que parte de um observador que não vivencia tal realidade. Entretanto, é fundamental esse olhar macroscópico, que nos remete à estrutura social, econômica, cultural, e chega ao indivíduo.

Todavia, a segunda parte de nossa discussão foca em outra perspectiva, que é mais centrada no componente simbólico da ação humana.

2- Representações sociais: estudos sobre os valores e significados das *famílias vulneráveis*

“Não saberemos jamais se o outro, com o qual não podemos, apesar de tudo, confundir-nos, opera, a partir dos elementos de sua existência social, uma síntese que coincide exatamente com a que elaboramos. Mas não é necessário ir tão longe, é preciso somente que a síntese, mesmo aproximativa, decorra da experiência humana. Devemos assegurar-nos disto, pois estudamos homens; e como homens, disto temos a possibilidade”
(LÉVI-STRAUSS apud SARTI, 2005, p. 22)

Essa citação de Lévi Strauss é muito significativa nos remetendo àqueles que constroem teorias a respeito do “outro”, considerando sempre que as interpretações e o próprio olhar são mediados pelo contexto cultural em que o observador está inserido. Portanto, o modo como fazemos e entendemos as questões mais corriqueiras são realidades construídas arbitrariamente, não possuindo uma existência universal ou transhistórica.

Os estudos que enfatizam esse olhar desenvolveram-se principalmente através de análises etnográficas, destacando a valorização da diversidade cultural. No caso aqui em questão- famílias vulneráveis- enfatiza-se a dimensão simbólica e social da pobreza. Nesta perspectiva, os *pobres* são representados a partir de sua *positividade concreta*, através da qual eles mesmos definem o horizonte de possibilidades de atuação no mundo social e também de transposição dessa atuação para o plano mais propriamente político (SARTI, 2005).

Ao se pensar por esse ângulo, corre-se o risco de não conseguir situar a particularidade estudada no universo mais amplo do qual faz parte. O risco de se conceber a cultura como algo autônomo, ou seja, deixando de considerar que para se entender os fenômenos que expressam os valores, idéias e normas sociais que estruturam e dão sentido às experiências vividas pelos homens, é preciso enxergá-los em sua relação com as estruturas mais amplas dessa sociedade. Inserir a particularidade na universalidade, buscando as nuances, os vieses dessas especificidades, para não correr o risco de cair na mera reprodução da dominação de classe (SARTI, 2005).

A pergunta que nos impulsiona é: com que categorias morais as famílias vulneráveis organizam, interpretam e dão sentido a seu lugar no mundo? Serão seguidas algumas indicações interessantes oferecidas por autores como: SARTI (2005), FONSECA (2000), GUEDES (2006).

Consideram-se aqui somente algumas das categorias morais estudadas por tais pesquisadores, relacionadas às famílias urbanas vulneráveis, sendo que vamos começar com uma dimensão simbólica muito importante na construção da família moderna, a separação entre casa e rua.

2.1) Casa e rua: privacidade e coletividade?

A casa é, de modo geral, para os trabalhadores brasileiros, o lugar social fundamental, *locus* da instituição da família, através da qual se constituem como pessoas e, por esta via, como partícipes da sociedade mais ampla (Woortmann apud Guedes, 2006). No caso dos trabalhadores que vivem constantemente ameaçados por situações sociais desfavoráveis, que podem torná-los mais vulneráveis em determinadas situações, o acesso a uma casa pode representar a diferença entre a possibilidade de se manter nos segmentos mais estabilizados da classe trabalhadora ou se transformar em um morador de rua, naquele trabalhador que “*não deu certo*”, muitas vezes visto como vagabundo.

Guedes (2006) aponta que a relação entre casa e família observada aqui, está orientada pelo modelo de família nuclear conjugal moderna. Dessa forma, o sentimento de pertencimento a uma família é emoldurado pelas relações conjugais e de filiação que se constroem no espaço da casa. A questão é que a vida destes segmentos, na maior parte das vezes, não se adequa a este modelo, resultando em composições familiares diversas. Como exemplo, podemos citar o aumento de famílias matrifocais (constituída por mulheres aparentadas de mais de uma geração e suas proles), reconstituídas, etc. Apesar disso, muitas vezes mantém-se o projeto de reconstituição das famílias nucleares conjugais, mantém-se o ideal do casamento.

Certamente, a casa e família possuem uma relação mais antiga e muito bem descrita por Philippe Áries (1978), em sua obra *História Social da Criança e da Família*, na qual ele estuda as mudanças sociais intensas provocadas pelo desenvolvimento da sociedade burguesa, entre elas, as transformações no modelo de família.

Nas palavras do autor:

“No século XVIII, a família começou a manter a sociedade a distância, a confiná-la a um espaço limitado, aquém de uma zona

cada vez mais extensa de vida particular. A organização da casa passou a corresponder a essa nova preocupação de defesa contra o mundo. Era já a casa moderna, que se assegurava a independência dos cômodos, fazendo-os abrir para um corredor de acesso. (...)” (1978, p. 265).

Nas etnografias brasileiras que discutem as representações das famílias populares urbanas tem sido registrada a existência da família nuclear conjugal, como importante modelo de referência, além de uma concepção da casa como o lugar da família, espaço privilegiado da construção da privacidade.

Todavia, essa privacidade não deve ser vista em associação com os processos de construção social da pessoa e, sim, mais provavelmente, como algumas pesquisas têm demonstrado, à construção de uma concepção de família como totalidade englobante, produtora de seus membros e não produzida por eles. Muito diferente da individualização produzida pelos modelos psicologizantes da pessoa moderna (GUEDES, 2006).

Tendo em vista estas considerações, a privacidade, que deve ser propiciada pela casa, relaciona-se à necessidade de manter sob determinado controle a reputação do núcleo familiar, salientando-se o olhar dos outros significativos sobre a família e sobre seus membros, resultando na formação de certo tipo de *código de honra* (FONSECA, 2000). Pode-se dizer que, os muros podem servir mais para delimitar o que não se quer mostrar, considerando a dificuldade de se manter a honra familiar sob controle, tendo em vista a proximidade e sociabilidade intensa.

Destaca-se nessa questão da proximidade e sociabilidade intensa a existência de configurações de casa que são conhecidas como “puxados”, “puxadinhos”, nas quais as famílias vão criando divisões nas casas ou ampliando seu espaço, buscando manter certa diferenciação entre os diferentes lares e famílias. Outra configuração comum e que pode dificultar o controle sobre a reputação dos membros da família são as construções de várias casas em um mesmo quintal, as quais são normalmente ocupadas por famílias com graus variados de parentesco. Essa paisagem demonstra a tensão entre o modelo nuclearizado/nuclear e o modelo relacional, focado nas redes de parentesco e vizinhança que expandem as relações da família.

Mas como podemos entender essas redes? Segundo Elizabeth Bott, “o meio social imediato de uma família urbana consiste em uma rede e não em um grupo organizado” (apud GUEDES, 2006, p. 140). Partindo desse princípio, como podemos considerar as diversas formas específicas assumidas por essas relações que formam uma rede relacional?

2.2) Famílias e redes: teias de significados

Muitos estudos têm demonstrado que as redes sociais das famílias vulneráveis urbanas se expressam através do parentesco. Sendo que o uso da palavra ‘parente’ está normalmente associado a uma noção mais ampla e mais difícil de traduzir do que a família. Por exemplo, as relações de vizinhança ou de amizade que se tornam muito íntimas e cotidianas muitas vezes podem obter uma designação diferenciada, qual seja, ‘parentesco de consideração’ (FONSECA, 2000).

De forma inversa, a existência de relações de parentesco consangüíneo não é a garantia de pertencimento à rede de relações sociais. Significa pensar que, embora as redes sejam expressas em idiomas de parentesco, isso não quer dizer que haja a limitação dos laços consangüíneos. Muito pelo contrário, os parentes são selecionados no rol mais amplo de relações sociais das famílias.

Sarti (2005) enfatiza que o princípio da reciprocidade, estudado por Marcel Mauss (1968), é um dos elementos-chave para a compreensão do complexo processo de pertencimento a uma rede de parentesco e vizinhança. Tais redes sociais que impõem obrigações mútuas supõem, por exemplo, uma complexa sociabilidade, condição e pressuposto da continuidade das relações sociais. Ex: visitas aos doentes, aniversários, noivados, casamentos, etc.

Além disso, tais redes podem facilitar a inserção no mercado de trabalho, na medida em que através destas podem ocorrer aprendizados de determinados ofícios e competências importantes para a colocação dos membros no mercado de trabalho competitivo. Há também a constituição de um sistema complexo de obrigações mútuas, que pode ser pensado como uma incessante circulação de coisas, pessoas, bens, etc. (GUEDES, 2006).

Por conta disso, as famílias nucleares contidas nas casas assumem muitas vezes a formatação de famílias extensas. Apesar disso, ainda pode predominar no contexto da casa, o

idioma da família nuclear, que pode ser sentido pela presença recorrente de netos criados por avós, vista por estes como filhos e a quem os netos denominam pais e/ou mães. Famílias abertas, porosas às relações de parentesco, estão relacionadas ao modo de ser dos pobres urbanos.

Há uma valorização do princípio do conhecimento mútuo, sustentado por um conjunto de avaliações que determinam os circuitos legitimados da ajuda. Ocorrem freqüentes avaliações do merecimento de cada um, que podem estar ancoradas nos comportamentos dos indivíduos que fazem parte da rede, na reciprocidade e na criação dos filhos.

A importância de conhecermos as redes sociais das famílias com as quais trabalhamos é indiscutível, já que nos ajuda a empreender o projeto de sensibilização e construção de manifestações coletivas. Não basta acionarmos redes de proteção, como cooperativas, associações, pois existem outras redes funcionando, sem o processo de organização formal, que podem nos auxiliar muito no processo de construção de projetos sociais coletivos mais adequados aos interesses locais.

2.3) Lugar de homem e lugar de mulher:

Outra questão fundamental para discutirmos a respeito do universo moral das famílias subalternas é o lugar/espço ocupado por homens e mulheres nas famílias. Como já verificamos através dos dados, mesmo com as mudanças sociais advindas dos movimentos sociais, principalmente feministas, da utilização da pílula, diminuição do número de filhos, da inserção da mulher no mercado de trabalho, aumento do nível de escolaridade das mulheres em relação aos homens, ainda há uma desigualdade real, verificada tanto no contexto domiciliar quanto no contexto social mais amplo.

Como os homens e mulheres das famílias vulneráveis interpretam seus papéis e o lugar que ocupam no ambiente domiciliar?

Sabemos que a casa é o lugar privilegiado para a realização do projeto de ter uma família, permitindo a realização dos papéis centrais na organização familiar tradicional, quais sejam, o de pai de família e o de mãe dona de casa. Cynthia Sarti (2005), em sua etnografia, destaca o depoimento de uma mulher entrevistada: “*O dever do homem é trabalhar, trazer o*

dinheiro em casa e ser um pai de família para dar respeito na casa dele... Tendo moral (SARTI, 2005, p. 62).

Entretanto, o fato de o homem ser identificado com a figura de autoridade, de respeito, não significa que a mulher seja privada de autoridade. Existe uma divisão complementar de autoridades entre o homem e a mulher na família que corresponde à diferenciação entre casa e família. A casa é identificada com a mulher e a família com os homens.

A autoridade do homem se dá na medida em que ele faz a mediação da família com o mundo externo. A mulher mantém sua autoridade apoiada na necessidade de manter a unidade do grupo familiar. Ela é quem deveria cuidar dos membros, zelar para que tudo esteja em seu lugar.

Mas há um hiato entre a representação e a realidade nesta questão, já que as pesquisas demonstram que a pobreza afeta primordialmente o papel de provedor do homem na família (SARTI, 2005). Nesse sentido, a vulnerabilidade da família, quando centrada na figura do pai/provedor, ajuda a explicar a frequência de rupturas conjugais, diante de tantas expectativas frustradas, para o homem que se sente fracassado, e para a mulher, que vê esgotando as suas chances de ter uma ascensão através do casamento.

Mesmo assim, as famílias chefiadas por mulheres, apesar de mais numerosas, estão em uma situação estruturalmente mais precária, quando comparadas com outras famílias pobres com chefe masculino presente. Normalmente, a sobrevivência dos grupos domésticos das mulheres “chefes de família” é possibilitada pela mobilização cotidiana de uma rede familiar que ultrapassa os limites da casa.

Interessante observar que muitas pesquisas qualitativas demonstram que mesmo nos casos em que a mulher assume o papel de provedora, a identificação do homem com a autoridade moral não necessariamente se altera (SARTI, 2005). Os diversos aspectos em que o homem exerce sua autoridade, garantindo recursos materiais, o respeito e a proteção da família, enquanto provedor e mediador com o mundo externo, podem estar alocados em diferentes figuras masculinas.

Em consonância com o que foi descrito acima, podemos observar que se muito da vulnerabilidade feminina está em ter sua relação com o mundo externo mediada pelo homem, o que a fragiliza em face deste mundo que, por sua vez, continua reproduzindo e reiterando as

desigualdades sexuais, o lugar central do homem na família, como provedor, torna-o também vulnerável, porque o coloca dependente de condições externas, que possuem determinações que escapam ao seu controle. Esta dupla vulnerabilidade é especialmente grave no caso das famílias socialmente vulneráveis, que estão mais expostas à instabilidade estrutural do mercado de trabalho que as absorvem. Ambos, homens e mulheres, muitas vezes acabam embaraçados nesse emaranhado de expectativas frustradas. O homem, fracassado, tem muitas vezes no alcoolismo o desfogo a seu alcance e a mulher, em alguns casos, encontra-se frustrada e angustiada por não ter o homem e a situação familiar esperados.

Nessa concepção moral da família, tendo o homem como representante da autoridade e que não consegue cumprir em certa medida o papel esperado, a mulher acaba tendo um acentuado papel ativo nas decisões familiares, sem que, inversamente, o homem tenha modificado seus papéis familiares (SARTI, 2005).

2.4) O conteúdo moral da idéia de família para a população vulnerável:

A idéia de família para aqueles que vivem situações de vulnerabilidade social, econômica, cultural, está na maior parte das vezes associada a um grupo de pessoas em quem se pode confiar. Não se percebe a delimitação familiar a partir da idéia de grupo genealógico restrito, já que a extensão vertical do parentesco restringe-se àqueles com quem se convivem ou conviveram, como os avós. Não se atribui significado ou status o uso do sobrenome, que é um recurso ainda muito utilizado pelas famílias dos grupos dominantes brasileiros. Normalmente o que delimita os vínculos familiares é a rede de relações que se organizam através das obrigações mútuas.

Segundo Woortman (1982) é necessário um vínculo mais preciso que o de sangue para demarcar quem é parente ou não entre os pobres, por isso a noção de obrigação é mais central, sobrepondo-se aos de laços de sangue. Como afirma o autor, a relação entre pais e filhos constitui o único grupo em que as obrigações são dadas, que não se escolhem. As outras relações são seletivas, no sentido de que dependem do estabelecimento da rede de sociabilidade, o que significa que não há relação com os parentes de sangue, se com eles não for possível estabelecer o “dar, receber e retribuir”.

Relevante observar que não se trata de uma marcação de um sistema de reciprocidade imediatista, ou seja, trata-se de uma rede difusa de obrigações, em que se acredita que quem oferece, vai um dia ter de volta a retribuição. Essa concepção está ancorada, em última instância, em uma ordem sobrenatural, divina.

Concluindo a nossa segunda parte, podemos dizer que a família, fundada nesse dar, receber e retribuir contínuos torna-se uma referência simbólica crucial, que possui um significado para a população vulnerável de tradução do mundo social, na medida em que permite a atribuição de significados dentro e fora da casa.

Para finalizar, apresento uma afirmação de Sarti: “a família para os pobres não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e constitui o parâmetro simbólico que estrutura sua experiência no mundo” (2005, p. 33).

Referências Bibliográficas:

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. *Jovens em situação de Pobreza, Vulnerabilidades Sociais e Violências*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 1, n. 116, p. 143-176, 2002.

ADAM, Philippe & HERZLICH, Claudine. *Sociologia da Doença e da Medicina*. Bauru: Edusc, 2001.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. et al. Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa et. al. *Tratado de Saúde Coletiva*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.

BOTT, E. *Família e rede social*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976.

BOURDIEU, Pierre. *À propos de la famille comme catégorie réalisée*. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 100, décembre, 1993.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, 311p.

BRASIL. *Constituição Federal*. República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Coordenação de Saúde da Comunidade. *Saúde da Família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial*. BRASÍLIA: Ministério da Saúde, 1997.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Anuário dos trabalhadores*. 8ª ed. São Paulo: DIEESE, 2007. 260 p. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/>>

FONSECA, C. *Família, fofoca e honra: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GUEDES, Simoni L. e LIMA, Michelle da Silva Lima. Casa, família e redes sociais em bairros de trabalhadores. In: BARROS, Myriam Lins de. (org.) *Família e gerações*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de Indicadores Sociais 2008*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>

MANN, J. et al. *A Aids no mundo*. In: PARKER, R. & GALVÃO, J. & PEDROSA, S. (Orgs.) Rio de Janeiro: Relumé-Dumará, Abia, IMS, Uerj, 1993.

MOROSINI, Márcia Valéria G. C. e CORBO, Anamaria D' Andrea. *Modelos de Atenção e a Saúde da Família*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007.

RUSSO, Jane A. A construção social do corpo: desnaturalização de um pressuposto médico. In: *Saber médico, corpo e sociedade* (curso ministrado na Faculdade de Medicina da UFRJ). Cadernos Cepia n. 4. Rio de Janeiro, 1998.

SARTI, C. A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2007. v. 1. 152 p.

SILVA, Janaína V. & SANTOS, Sueli M. R. *Trabalhando com famílias: utilizando ferramentas*. *Revista APS*. Juiz de Fora, jul-dez 2003, v.6, n.2, p. 77-86.

WOORTMANN, Klaas. Casa e família operária. In: *Anuário Antropológico 80*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982.